



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013 (da Comissão de Educação)

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Senhor Aloizio Mercadante, acerca da execução orçamentária detalhada referente ao Programa de Ações Articuladas – PAR, desde sua criação – Municípios e Estados, respectivamente.

Esse pedido atende ao Requerimento nº 240/2013, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (cópia anexa), aprovado em Reunião Ordinária de 17 de abril de 2013.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2013.

Deputado GABRIEL CHALITA
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° 240, DE 2013

(Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende)

Requer o envio de Requerimento de Informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a execução orçamentária do Programa de Ações Articuladas – PAR.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Senhor Aloisio Mercadante, acerca da execução orçamentária detalhada referente ao Programa de Ações Articuladas – PAR, desde sua criação – Municípios e Estados, respectivamente.

JUSTIFICATIVA

Foi meritória a iniciativa do Ministério da Educação que instituiu o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC. Destinado à prestação de informação imediata do processo orçamentário do programa nos Municípios, o sistema peca, no entanto, por não trazer uma visão sistêmica das áreas atingidas com maior ou menor ênfase pelas ações do PAR.

Destarte, uma análise global, consubstanciada em dados que possam servir de balizamento, ajudará no controle da incidência das ações do programa em determinadas regiões.

Cumprindo determinação constitucional, consagrada no art. 49, inciso X, da CF de 1988, requeiro o detalhamento da execução orçamentária das ações capitaneadas pelo PAR, desde sua criação.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 2013.

**Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende
DEM/TO**